

POR QUE ESTUDAR A ESCÓCIA MEDIEVAL? REFLEXÕES SOBRE SUA MARGINALIZAÇÃO E POSSÍVEIS CAMINHOS PARA FOMENTAR A HISTORIOGRAFIA DO TEMA NO BRASIL

WHY STUDY MEDIEVAL SCOTLAND? INSIGHTS ABOUT ITS MARGINALIZATION AND POSSIBLE PATHS TO FOSTER ITS HISTORIOGRAPHY IN BRAZIL

Gustavo Luiz Frigotto²⁹

RESUMO

No presente artigo, analisamos a marginalização da Escócia medieval na historiografia global e sua ausência na academia brasileira, produzindo representações culturais que fomentaram uma visão estereotipada do espaço escocês. Diante disso, refletiu-se sobre os possíveis caminhos e desafios para suprir essa lacuna e argumentou-se a importância de solidificarmos o estudo desse período na Escócia com mais critério.

Palavras-chave: Escócia. Historiografia. Medievo. Metodologia.

ABSTRACT

This essay analyzes the marginalization of medieval Scotland in global historiography and its omission from Brazilian academic discourse, resulting in cultural representations that have encouraged a stereotypical perception of the Scottish region. Consequently, we pondered the potential avenues and difficulties for addressing this deficit and asserted the critical need to establish its study of a more rigorous foundation.

Keywords: Scotland. Historiography. Medieval. Methodology.

²⁹ Graduado em história pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), pós-graduado em relações internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), orientado pelo Dr. Elton Oliveira Souza de Medeiros.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS³⁰

“Aí. Pobre Escócia, quase com medo de reconhecer-se”, escreveu Shakespeare ao citar um dos muitos momentos desafortunados pelo qual o reino da Escócia se submete em *Macbeth*. O poeta, ao publicar sua obra em 1607, quatro anos após a união entre as coroas da Inglaterra e da Escócia, produziu uma das representações culturais escocesas mais lidas em todo o globo, e reproduziu em sua literatura, a busca por comunicar ao seu leitor/espectador simpatia em relação à imagem de uma Escócia desolada por assassinatos, conspirações políticas, guerras internas e corrupção (WORMALD, 2005, p. 1).³¹

A obra supracitada nos exemplifica como se construiu o panorama de uma Escócia imaginada. Suas paisagens, altas montanhas, circundadas por vales, rios e florestas foram cenários de romances como *Outlander* (2014) e filmes como *Coração Valente* (1995) que fizeram sucesso mundo afora. No entanto, mesmo com um distanciamento de quase quatrocentos anos entre a obra shakespeariana e o filme de Mel Gibson, o imaginário construído de uma Escócia indefesa, sem recursos, em busca de uma salvação se perpetuaram na cultura popular ao longo dos séculos.³² Se por um lado há a ausência de fidedignidade histórica — assim como em vários momentos pelos quais a ficção buscou retratar acontecimentos históricos com o intuito de entreter seu leitor/espectador — por outro, considerando o ambiente acadêmico, a construção da fábula dá lugar ao ostracismo. Atualmente, historiadores escoceses têm se debruçado justamente sobre o esforço de mitigar esse longo processo de irreflexão acerca da história escocesa, que se perpetuou, consequentemente, não somente a literatura e a cinematografia, mas também a historiografia do medievo.³³

³⁰ Todas as traduções neste artigo são de minha autoria.

³¹ Aqui utilizamos como inspiração a argumentação de AURELL (2012, p. 3) ao estabelecer uma distinção entre os propósitos políticos de autores para narrar a realidade do passado naquilo que é um texto histórico e recriar histórias imaginadas na ficção.

³² Os principais responsáveis pelo ataque a essa visão, também presente na historiografia tradicional escocesa anterior a década de 70 são, segundo Simpson (MACQUEEN, 2016, p. 30), Alexander Grant e Jamie Wormald.

³³ Entre as recentes contribuições nesse sentido, recomendamos: Alice Taylor (2016) *The Shape of the State in Medieval Scotland 1124-1290*, obra na qual a autora desmistifica as generalizações sobre o feudalismo do Reino da Escócia; Neil McGuigan, (2021) *Máel Coluim III, 'Canmore': An Eleventh-Century Scottish King* rebate, através da bibliografia do rei Malcolm III, a representação de uma Escócia subalterna à chegada de uma recente expansão anglo-normanda construída na Era Vitoriana e continuada até o fim do século XX.

Ao discutirmos sobre as novas abordagens historiográficas com relação ao estudo da História Medieval, podemos observar que, embora os conceitos e técnicas que contemplam a Nova História Política tenham fornecido bases para análises mais criteriosas e profundas, nos permitindo estudar com um olhar mais atento questões até então marginalizadas como gênero, vida cotidiana, micro história, clima e cultura imaterial, alguns temas, objetos e espaços ainda são relegados à sarjeta da escrita da história. Assuntos pertinentes à História Medieval do Reino da Escócia³⁴ e sua rica história sofreram um gradual processo de ostracização, como mostraremos na seleção de alguns exemplos no capítulo abaixo. No Brasil, verificamos que apesar de haver trabalhos que citam e permeiam assuntos relacionados ao objeto, não há nenhuma obra na pós-graduação que trabalhe criteriosamente com essa pauta.³⁵

Diante disso, nossa maior motivação para a elaboração do presente ensaio, bem como a mobilização buscando alternativas para fundamentar os alicerces da pesquisa do medievo escocês³⁶ como um todo, se estabelece a partir das seguintes perguntas: se a paisagem escocesa inspirou obras culturais populares e as histórias fictícias se tornaram famosas, por que a investigação de sua história aparentemente não nos interessa? Será que a história escocesa só interessa aos escoceses? Por que não houve pesquisas sobre a Escócia no Brasil? Ao refletirmos sobre essas questões, buscaremos nos aproximar da resposta da seguinte problemática: Por que estudar Escócia no Brasil?

³⁴ Há grande debate historiográfico na Escócia sobre a origem do Reino da Escócia com essa terminologia. Alfred Smyth (1984, p. 179) cita que o reino começou com a formação do reino de Alba por parte de Kenneth MacAipin em 843. Dauvit Broun (2007, p. 34) argumenta que o termo Alba só existiu em crônicas pós ano 900; Geoffrey Barrow (1981, p. 7) conceitualiza que só se pode definir um reino escocês com uma instituição claramente formada no reinado de David I em 1124.

³⁵ Entre os trabalhos brasileiros encontrados citamos, Alves (2019), Os Escoceses e as guerras de independência da Escócia. Sob o olhar inglês no Saltério de Luttrell. A análise sobre os escoceses se desdobrou a partir do viés apenas inglês, e utilizou apenas fontes e bibliografias inglesas. Santos (2019) em sua obra intitulada Cronistas e Combatentes: A escrita da história na Inglaterra da Guerra dos Cem Anos (1330-1360) identifica contextos escoceses referentes à guerra dos cem anos, utilizando crônicas e historiografias com pertinência, entretanto, a Escócia não é o foco de seu trabalho, não obstante, não houve intenção no aprofundamento.

³⁶ Como interpretação escolhida, utilizaremos à proposta por Archie Duncan (2016) e Alice Taylor (2016) no que tange ao marco original do período conhecido como Alta Idade Média escocesa, desde a ascensão do reino dos pictos em aprox. 500 d.C. até 1058, com a ascensão de Máel Coluim III (c.1058-1093) e a estabilização da dinastia *Canmore*, que governou a Escócia até 1286, data que consideramos como o final da Idade Média Central escocesa diante da morte sem deixar herdeiros de Alexandre III (1249-1286). A Grande Causa (1291-1292) e a primeira fase da Guerra de Independência da Escócia (1296-1327) marcam o início da Baixa Idade Média escocesa.

Isto posto, para tornar possível uma maior objetividade, optamos por introduzir, mesmo que brevemente ao leitor, uma contextualização e categorização da historiografia escocesa em termos de fontes e selecionamos autores, autoras e bibliografias que consideramos importantes para o estudo da Idade Média Central escocesa, que se estende desde a utilização do termo reino da Escócia através do início da dinastia *Dunkeld/Canmore* (1035) até a Primeira Guerra de Independência da Escócia (1296-1327).

Destarte, cometeremos aqui algumas injustiças ao postergar a ênfase do espaço escocês no que se refere ao Alto Medievo. *Cinnaed MacAlpin*, rei de origem gaélica irlandesa em aproximadamente 843 d.C. liderou uma invasão e destituiu do poder a antiga linhagem dos pictos, segundo a *Crônica dos Reis de Alba*. Tal confirmação se faz inexistente, visto que, como argumentado por Broun (2007, p. 72):

Para que uma fonte passe neste teste, é necessário haver um bom motivo para considerá-la escrita por alguém na Escócia ou com ligações com a Escócia na época ou perto da época em que os eventos registrados ocorreram; além disso, é preciso haver alguma razão para supor que ela não foi escrita em uma tentativa consciente de ficcionalizar o passado.

Considerando a carência desses elementos basilares, aliando-se à escassez de fontes e a amplitude das perguntas elaboradas por historiadores escoceses cuja resposta ainda é longínqua, escolhemos nos aprofundar um pouco mais na supracitada periodização posterior, entretanto, reconhecemos a importância, a relevância e o fascínio que esse período suscita e incentivamos peremptoriamente o seu estudo.

A MARGINALIZAÇÃO DO MEDIEVO ESCOCÊS NO CENÁRIO ACADÊMICO

Este estudo examina obras referenciais da historiografia medievalista no Brasil, evidenciando como a especificidade escocesa provê maior densidade à análise de conceitos-chave. Demonstra-se que o tratamento periférico desse objeto histórico induziu a equívocos que uma abordagem integrada poderia evitar, corroborando a tese de que “mitos e preconceitos de longa data sobre o passado escocês ainda exercem um domínio muito firme sobre a opinião geral, e até mesmo sobre aqueles que deveriam saber mais” (HARRIS, 2006, p. vii).

Não obstante, o reino dos pictos e posteriormente gaélicos de Alba, cuja produção textual contemporânea é deveras escassa e muito dependente de literatura de gaélicos irlandeses, assim como anglo saxônicos ao sul, suscita tamanho desafio para os mais atuais historiadores escoceses, que faz pesquisadores tradicionais do medievo evitarem qualquer menção mais acurada ou rebuscada sobre o assunto (BROUN, 2007, p. 71).

Evidenciaremos isso com Marc Bloch (2016) que, em 1940, forneceu bases para o estudo daquilo que chamou a “Sociedade Feudal” em diversos âmbitos, citando reinos considerados importantes no Ocidente Medieval como a França, o Sacro Império Romano Germânico, os principados italianos, a Espanha e a Inglaterra. Em uma das raríssimas ocasiões em que Bloch (2016, p. 59) citou a Escócia, atribuiu a origem do reino escocês a um “choque de recuo, uma criação da invasão escandinava” diante da ocupação *viking* de Edimburgo e sua posterior derrota pela dominação dos chefes “celtas das montanhas”; em outra menção (BLOCH, 2016, p. 341), mencionou a gradual conquista dos “irlandeses intitulados *scots*” perante as tribos celtas e germânicas³⁷ como o fator determinante para a consolidação do reino da Escócia.

Em ambos os casos, Bloch, como historiador de seu tempo, utiliza a informação à sua disposição e amplamente aceita até mesmo em ambientes acadêmicos escoceses até o findar do século XX, entretanto, novas pesquisas desenvolvidas a partir dos anos 60 problematizaram esses construtos comuns, suscitando novas reflexões. Archie Duncan (2016, p. 16) referenda que os “chefes” já não eram essencialmente celtas, e a formação do reino da Escócia se deu independente da aquisição de Edimburgo pós ocupação escandinava, de maneira bastante orgânica e heterogênea.

Dauvit Broun (2007, p. 72) discute que não houve um processo de “substituição” dos celtas de Bloch por *scots*, mas sim uma sincretização de ritos, tradições e costumes que fariam, fundamentalmente, parte da construção de um reino que obteve, em sua miscigenação, sua continuidade. Uma exemplificação disso é a utilização da derivação gaélica do termo *Alba* para designar o reino pós século X, como Bretanha, referindo-se

³⁷ Bloch utiliza-se de uma terminologia que entendemos bastante generalista, sem mencionar pictos e anglo-saxônicos ou nortumbrianos em nenhum momento ao referenciar povos que ocupavam o espaço ao norte do rio Forth, espaço que durante séculos constituiu na literatura, o limite geográfico entre os reinos anglos e os povos pictos, posteriormente escotos (BROUN, 2007; DUNCAN, 2016).

à ilha, visto que tal termo era aceito tanto pela população de origem picta, quanto pelos gaélicos e demais povos remanescentes. A problemática é ainda bastante atual. No entanto, nas poucas vezes em que a Escócia é referenciada no espaço acadêmico, a complexidade da argumentação novamente dá lugar ao ostracismo e à aceitação do senso comum. Não há ressalvas aqui, portanto, à escrita de Bloch em 1940, mas sim a aceitação desse discurso.

Adentrando em um período posterior, Ernst Kantorowicz (1958), em sua obra *Os Dois Corpos do Rei*, desenvolve os conceitos para identificar poderes legitimadores e limitações de um soberano em seu corpo natural e político. Sua análise, em grande parte, se desdobra em reis ingleses que influenciaram a história escocesa, ao exemplo de Henrique III (1216-1272) e Eduardo I (1272-1307), entretanto, mesmo citando a invasão de Eduardo ao reino de Gales, em nenhum menciona a Escócia, reino que possuiu em Davi I (1124-1153), Alexandre II (1214-1249) e III (1249-1286), líderes cuja reputação, autoridade e virtudes regias eram exaltadas por toda a cristandade (DUNCAN, 2016, p. 70), ignorando as sacralidades particularidades da realezas escocesas³⁸.

A legitimação sacramentada do rei exerce-se primeiramente nos reinos tidos como mais importantes do Medievo no período do século XII ao XIV pelo rito performático da coroação, cerimônia que os reis escoceses, desde a formalização da proteção papal perante o reino, buscaram incluir no aparato régio. No entanto, a pressão dos ingleses ao sul, cujo rei era sacramentado pelo rito, acompanhado sempre de um prelado papal ou um arcebispo, enfraquecia as chances de convencer os subsequentes papas à autorização do rito mesmo que, para o papa, “a Escócia seja uma de suas filhas”. A dicotomia de poder, entre períodos de paz e belicosidade, independência e submissão para com os ingleses, se faz como um aspecto importante para o entendimento do espaço que configura o reino escocês, e o entendimento das ações dos atores que ali habitavam (BROWN, 2016, p. 11).

³⁸ Aqui percebemos o sincretismo das ideias referentes a cristandade ao redor da Europa ocidental com a inserção cultural e eclesiástica anglo-normanda e a sempre presente influência gaélica (ao exemplo da coroação de todos os reis na Pedra do Destino, artefato pré-cristão cuja possível origem é a data de 500 a.C.).

Posteriormente, Georges Duby e Jacques Le Goff,³⁹ historiadores da “*Nouvelle Histoire*”, buscaram escrever sobre uma miríade de assuntos referentes ao Medievo não só em sua terra de origem, mas de tantos outros reinos da cristandade. Se há claramente um foco na França na maioria de suas obras, a Inglaterra, cuja história por muitas vezes se encontrava e até mesmo se entrelaçava com a da Escócia, foi frequentemente trabalhada, porém, o mesmo não pode ser dito sobre o reino mais ao norte. A ausência de maior utilização de temas referentes a Escócia nos causa certo estranhamento, visto que muitas fontes utilizadas por ambos os autores citaram o reino como “um lugar onde nobres franceses e seus ideais floresciam” (BROWN, 2004, p. 135; DUNCAN, 2016, p. 172).

Não obstante, o reino escocês inseria-se diretamente em uma intrincada rede política que envolvia reis, barões e lordes da Inglaterra, lordes da Irlanda, galeses e duques de regiões francesas como a Picardia, Anjou, Aquitânia e Normandia. Casamentos como o de Alexandre II com Marie de Courcy, e Alexandre III com Iolanda de Dreux comprovam as diversas trocas, que se faziam não só no âmbito nobiliárquico, assim como no mercantil e no eclesiástico (TAYLOR, 2016, p. 174).

A constante fragmentação das relações entre franceses e ingleses e a familiaridade da relação entre a nobreza escocesa e francesa constituiu uma proximidade entre seus respectivos reinos,⁴⁰ o que contribuiu para a elaboração de um tratado chamado Velha Aliança. Em 1295, após Eduardo I iniciar um processo de submissão da Escócia perante a Inglaterra, ordenou que escoceses lutassem em suas guerras contra a França — o que, entre diversos outros aspectos relacionados a taxaço e a falta de autonomia escocesa na administração do próprio reino após morte régia, foi preponderante para a insustentabilidade da paz — com isso, acredita-se que, por “debaixo dos panos”, nobres escoceses negociaram um tratado com o rei Filipe IV da França (r. 1285-1305) (BROWN, 2004, p. 179).

³⁹ Enfatizamos Le Goff e Duby pelo frequente uso e reconhecimento de sua importância na academia brasileira. Taylor (2016, p. 1) amplia o debate ao criticar a falta de estudos sobre a forma das estruturas governamentais na Escócia, citando autores ingleses e pós *Annales*.

⁴⁰ Trabalha-se aqui com a ideia de que a desestabilização da relação entre os dois reinos se tornou mais preponderante em dois momentos: o casamento de Henrique II (r.1154-1189) com Leonor da Aquitânia (r.1137-1204) e o conflito entre Felipe II e João I que ocasionou a perda plantageneta do território ancestral da Normandia.

O documento estabelecia que caso a França fosse atacada pelos ingleses, os escoceses atacariam pelo norte, mas, caso a Escócia fosse atacada, os franceses atacariam pelo sul. Apesar da visão da historiografia escocesa de que os franceses foram relutantes ao cumprir certos combinados específicos do acordo, estabeleceu-se uma cooperação que teve papel preponderante para mitigar as pretensões inglesas tanto na primeira guerra de independência escocesa, quanto na posterior Guerra dos 100 anos (REID, 1984, p. 140).

Quantificar as poucas vezes que Le Goff e Duby citaram a Escócia ou utilizaram-na para definir um contexto ou um conceito fundamental para suas respectivas obras seria uma tarefa bastante árdua, não sendo nosso objetivo no presente ensaio. De toda forma, podemos conjecturar que o uso de manifestações escocesas nos períodos estudados poderia enriquecer suas respectivas críticas a processos de generalização de estruturas sociais e agrárias anteriormente utilizadas pela historiografia, fortalecendo as novas abordagens propostas na história das mentalidades.⁴¹

Entendemos que um reino considerado periférico na Europa Ocidental não fosse o foco das pesquisas de historiadores franceses e continentais europeus, todavia, a vasta escassez de qualquer material que ao menos sugira algo que aconteceu na Escócia com mais profundidade e rigorosidade acadêmica gera curiosidade, visto que mesmo em guias e materiais bastante voltados à aquisição de um conhecimento geral sobre o medievo, a ausência da menção de particularidades de reinos, instituições e manifestações de existência mais periféricas norteiam uma visão ainda colonializada sobre um período de “simbologias particulares” (LE GOFF, 1994).

Não obstante, a exclusão da Escócia da historiografia medieval, à exceção da historiografia produzida na própria na própria Escócia, se prolongou na virada do século. Ainda nas décadas de 1970 e 1980, Elizabeth Brown (1974) e Alain Guerreau (1980) teceram críticas à tirania da terminologia Feudalismo como aparato generalizador da Idade Média, buscando abordagens mais individuais a cada contexto, argumentando,

⁴¹Duby (1962, p. 49) ao argumentar que o feudo não era a matriz do modo de produção agrário medieval utilizou como exemplo a organização da exploração pecuária das pradarias alpinas na Alemanha e na França como excepcionalidades existentes. Entretanto, ao ignorar a Escócia, o autor não se ateu a oportunidade de exemplificar uma estrutura proeminente, visto que o pastoreio comunitário nas terras altas escocesas era uma atividade bastante comum (BURNETT; STUART, 1887, p. 58).

además, que o termo apenas seria preciso quando relacionado ao termo feudo. Suzan Reynolds em *Fiefs and Vassals* (2001) e *Kingdoms and Communities* (1997) aprimora a discussão supracitada ponderando que termos como feudos e vassallos, amplamente utilizados até então ao estudar o Medieval, não ocorriam com regularidade nas fontes primárias.

Em seu esforço em evidenciar particularidades do funcionamento de reinos e comunidades, a autora, buscando explorar as evidências de leis políticas e relações sociais relacionadas à propriedade medieval na França, Inglaterra, Itália e Alemanha, cita em apenas duas das mais de mil páginas contempladas em seus dois livros o reino escocês. A autora admite que, por falta de maiores conhecimentos específicos, não inclui a Escócia em suas argumentações, assim como reinos referentes ao espaço ibérico. Entretanto, a organização institucional do reino escocês no século XIII — em um período cujo reino da Inglaterra era circundado por conflitos de sua coroa (duas revoltas dos barões nos reinos de João I e Henrique III, 1199-1272) com seu estamento nobiliárquico (PRESTWICH, 1990, p. 32), contexto similar ao de Jaime, o conquistador em Aragão, por conta da crescente procura pela centralização do poder régio, já melhor estabelecida na França de Felipe II (r. 1180-1223) e em reinados subsequentes — se faz particular por conta justamente de seu aspecto descentralizado.

Alexandre III obteve reputação como astuto diplomata justamente por permitir uma legislação descentralizada e práticas culturais antigas de diversas regiões escocesas, mesmo cooptando novos donatários de terra de diferentes reinos da cristandade ocidental como Inglaterra, França e Flandres (DUNCAN, 2016; TAYLOR, 2016). Mesmo havendo influências dos avanços legislativos e administrativos do reino ao sul na progressividade de um maior uso da documentação escrita em processos jurídicos escoceses, os aspectos supracitados contribuíram para a construção de instituições legisladoras particulares (TAYLOR, 2016, p. 400).

Historiadores escoceses foram bastante críticos à ausência supracitada, o que instigou Reynolds (2003) a elaborar o artigo *Fiefs and Vassals in Scotland: A View from Outside*, no qual a autora admite que possivelmente pecou por não ter incluído a Escócia em suas argumentações, mas também, pertinentemente ao nosso olhar, citou as limitações da historiografia escocesa em atribuir modelos de estrutura social feudal

inglesa à realidade escocesa pós ocupação normanda da ilha bretã (REYNOLDS, 2003, p. 184)⁴². Ou seja, além da constante marginalização historiográfica, ainda existem as limitações internas escocesas, como a abordagem generalizante diante do próprio objeto de estudo selecionado, a escassez de abordagens relacionadas ao gênero e à história comparada e o conflito de metodologias e perspectivas entre a academia inglesa e a escocesa.

A HISTORIOGRAFIA DA IDADE MÉDIA CENTRAL ESCOCESA E OS CAMINHOS/DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Diante dos desafios supracitados e da ausência de bibliografias no Brasil referentes à Escócia, ressaltamos que há um árduo trabalho para construir alicerces historiográficos. Consideramos como possíveis obstáculos a dificuldade em encontrar fontes primárias em bom estado de conservação, visto que mesmo na Escócia, muitos historiadores ainda precisam se ater a transcrições de documentos, realizadas em sua maioria ainda no século XIX.

Estas foram basilares para que fosse possível a interpretação e o desenvolvimento de bibliografias fundamentais para o desenvolvimento de uma historiografia medieval escocesa contemporânea, visto que houve um esforço significativo em preservar, restaurar e transcrever as fontes oriundas do Período Medieval. Ainda assim, há bastante cautela nos preceitos da academia escocesa para trabalhar com as transcrições, visto que constantemente se faz necessário mapear, revisar e corrigir erros tanto de tradução, quanto de interpretação, oriundos de uma historiografia remanescente da era vitoriana na Inglaterra e do espírito positivista do entendimento da história com o intuito de encontrar uma verdade absoluta (BLOCH, 2001, p. 134).

⁴² De maneiras gerais, os próprios historiadores escoceses admitem conflitos entre pares e dificuldades de definir temas centrais. Dauvit Broun (2007, p. 3) cita, por exemplo, a falta de consenso entre pares sobre o que aconteceu com os reis pictos e gaélicos que precederam o Reino da Escócia. Há também o desafio de datação e de produção de narrativas, visto que as fontes anteriores ao ano 1100 são demasiadamente escassas. Entendemos, portanto, as dificuldades de precisar acontecimentos relacionados à Alta Idade Média escocesa, entretanto, se faz necessário evitar a utilização de imprecisões para suplementar visões generalizadas como o exemplo supracitado por Bloch (2016).

O esforço coletivo em procurar e recuperar fontes medievais prosseguiu no último século e na contemporaneidade, como poderemos observar nas fontes reinterpretadas e traduzidas posteriormente na tabela abaixo, entretanto, segundo Taylor (2016), enquanto a Inglaterra possui um vasto acervo de documentação preservada, a Escócia, como supracitado, carece de fontes em bom estado de conservação. Contudo, o advento da tecnologia trouxe novos horizontes e possibilitou o acesso de mais de 8600 documentos datados entre 1093 e 1314, facilitando em grande parte o trabalho do historiador através do projeto *People of Scotland*.⁴³

Tendo isso em vista, consideramos que fosse interessante elaborar um breve levantamento sobre quais as fontes julgadas importantes que foram transcritas e estão disponíveis para consulta, categorizando e classificando-as. Diante disso, também nos foi compreendido o esforço de elencar algumas selecionadas bibliografias que julgamos importantes para o conhecimento do historiador brasileiro que deseja trabalhar com o medievo escocês.

Tabela 1. Tipologia das fontes primarias (crônicas, narrativas, hagiografias e literatura).
Referência: FRIGOTTO, 2025.

Nome do documento	Data da fonte/data da transcrição	Autor original/editor	Do que se trata?
<i>The Chronicle of Melrose</i>	Séculos XII e XIII.	Diversos autores anônimos/Anderson A.O; Anderson M.O.	Anais contendo percepções sobre políticas, confrontos bélicos e vida monástica.
<i>Chronica Gentis Scotorum</i> (latim)/ <i>Chronicle of the Scottish Nation</i> (inglês)	Aprox. 1360/1871	John of Fordun/W. F Skene.	Mais antiga tentativa sobrevivente de uma História completa da Escócia, enquadrando desde o mito da origem da Escócia (Fergus Mor) até o contexto da segunda guerra de independência escocesa (1332-1357).

⁴³ People of Medieval Scotland 1093-1371 Disponível em: <https://poms.ac.uk> Acesso em: 30 jul, 2025.

<i>Scotichronicon</i>	1447/1988	John of Fordun; Walter Bower/Der Watt.	Continuação do trabalho de Fordun, fonte fundamental e utilizada por muitos historiadores escoceses para trabalhar com história política, cultural e eclesiástica até 1437.
<i>The Orygynale Cronykill of Scotland.</i>	Estim. entre 1390 e 1420/1879.	Andrew of Wyntoun/David Laing.	Segundo intento em trabalhar com uma história total da Escócia. A diferença reside na linguagem vernacular, poética e mais voltada a uma audiência maior.
<i>The Chronicle of Lanercost.</i>	Produzida entre 1278 e 1346/1913.	Diversos autores anônimos/Herbert Mawell.	Analisa acontecimentos ocorridos na Escócia através do viés dos monges de Carlisle, no norte da Inglaterra. Utilizada por muitos historiadores escoceses como contraponto as fontes propriamente escocesas.
<i>Lives of S. Ninian and S. Kentigern.</i>	Estim. Séc. XII./1874	Diversos autores/Alexander Penrose Forbes.	Crônica narrando a vida de santos escoceses. Possui hagiografias. Revela mentalidades religiosas e cultos locais.
<i>The Bruce</i>	1375/1997	John Harbour/Archie Duncan.	Poema épico retratando a vida do Rei Roberto I, contendo contextos sobressalentes da Guerra de Independência sob a ótica favorável ao rei.
<i>Wallace</i>	Estim. 1470/1869	Henry the Ministrel/John Jamielson.	Poema épico do século XV retratando a vida de William Wallace (c.1270-1306). Tido como inspiração para o roteiro de Coração Valente, entendemos que o poeta é uma obra meramente fictícia oriunda de um imaginário mitológico do herói escocês. Entretanto, se torna histórico para o estudo aspectos culturais, políticos e literários.

Tabela 2. Tipologia das fontes primarias (documentos legais e administrativos) Referência: FRIGOTTO, 2025.

Nome do documento	Data da fonte/data da transcrição	Autor original/editor	Do que se trata?
<i>Acts of the Parliaments of Scotland</i> ("APS")	Entre 1235 e 1704/1875	Diversos autores/T. Thompson; C. Innes.	Compilado de leis, atas legislativas, documentação parlamentar e notarial referente a governança escocesa.
<i>Regiam Majestatem</i>	Aprox. 1330/1606	Diversos autores/John Skene.	Lei tradicional escocesa elaborada pós-crise de sucessão e consequências da Primeira fase da Guerra de Independência, com o intuito de estabelecer maior robustez legislativa (MACQUEEN, 2016).
<i>Documents Illustrative of the History of Scotland</i> . Vol. I e II.	Aprox. 501 – 1286/1870	Diversos autores/Joseph Stevenson.	Coletânea de leis, atas legislativas, anais e trechos de crônicas referentes ao reino dos pictos, Alba e Escócia durante a Idade Média anterior a Guerra de Independência.
<i>Scottish Texts and Calendars</i>	1987	Diversos autores/David & Wendy B. Stevenson.	Guia analítico referente a produção de textos e calendários relacionados a historiografia escocesa.
<i>Anglo-Scottish Relations 1174-1328 Some selected documents</i>	1174-1328/1970	Diversos autores/E.L.G. Stones	Coletânea de documentos de chancelaria e produções notariais e bulas papais referentes a relação entre Escócia e Inglaterra.
<i>The Texts of the Ragman Roll. Breaking of Britain 1216-1314.</i> ⁴⁴	1296/2011	Andrew de Tange/John Reuben Davies.	Instrumento notarial referente a submissão da comunidade do reino da Escócia perante o Rei Eduardo I da Inglaterra.
<i>Edward I and the throne of Scotland, 1290-1296</i>	1296/1980	John of Caen; Andrew of Tange/E. L. G. Stones	Transcrição dos documentos compilados pelos notários John de Caen e Andrew de Tange referentes ao processo de sucessão régia escocesa conhecido como <i>The Great Cause</i> (1291-1292). A compilação foi feita há aproximadamente 4 anos após os eventos.

⁴⁴ Para maior entendimento do contexto deste documento, recomendamos a leitura do livro de Archie Duncan (2016): *The Kingship of the Scots 842-1292*.

<i>Declaration of Arbroath</i> ⁴⁵	1320/1997	Possivelmente Bernard of Linton ou Alexander Kinninmonth, entre outros/Archie Duncan.	Carta da comunidade do reino da Escócia endereçada ao Papa João XXII
--	-----------	---	--

Tabela 3. Tipologia das bibliografias. Referência: FRIGOTTO, 2025.⁴⁶

Nome da obra	Data de publicação /última edição lançada.	Autor	Do que se trata?	Método/ Historiografia
<i>Robert Bruce and the Community of the Realm of Scotland</i>	1965/2005	Geoffrey Barrow.	Constituiu as bases fundamentais para a construção contemporânea da historiografia referente a Primeira Guerra de Independência.	História Política.
<i>The Kingdom of the Scots</i>	1973/2003	Geoffrey Barrow.	Contém artigos fundamentais sobre instituições e governança escocesa.	História Política.
<i>Scotland: The Making of the Kingdom</i>	1975	Archie Duncan	Meticulosa história institucional do reino até 1286.	História Política.
<i>The Kingship of the Scots, 842–1292</i>	2002	Archie Duncan	Um dos trabalhos mais rigorosos sobre análise de culturas e costumes políticos referentes a reinados, rituais de coroação e disputas de sucessão.	História cultural da política.
<i>Essays on the nobility of Medieval Scotland.</i>	1985	Keith Stringer	Contextualização e métodos de classificação de linhagens nobiliárquicas que tiveram importância política na Escócia.	História cultural da política.

⁴⁵ Quanto a declaração, recomendamos a leitura da obra de Geoffrey Barrow (2003): *The Declaration of Arbroath: History, Significance, Setting*.

⁴⁶ Como inspiração para classificamos os métodos das bibliografias, utilizamos os conceitos selecionados por José D Assunção Barros (2012).

<i>Scottish Independence and the Idea of Britain. From the Picts to Alexander III.</i>	2007/2013	Dauvit Broun.	Contextualização, historicização e debate sobre a construção do imaginário de Independência e soberania.	História cultural da política.
<i>The Political role of the Monarchy in Scotland 1249-1329.</i>	1984	Norman Reid	Obra pioneira no estudo do papel da monarquia nos séculos XIII e XIV.	História cultural da política.
<i>Under the Hammer: Edward I and Scotland</i>	1998/2013	Fiona Watson	Primeira bibliografia contemporânea condizente a atuação de Eduardo I em relação a Escócia pela óptica escocesa.	História Política.
<i>Scotland, a History</i>	2005	Jenny Wormald e vários autores.	Mais contemporânea enciclopédia de História da Escócia, buscando englobar desde o reino dos pictos até os tempos atuais.	História Política.
<i>The Shape of the State in Medieval Scotland</i>	2016	Alice Taylor	Abordagem acadêmica contemporânea sobre as estratégias e mudanças administrativas governamentais do reino escocês entre 1124-1290.	História cultural da política.
<i>Townlife in fourteenth-century Scotland</i>	1990	Elizabeth Ewan	História localizada sobre o cotidiano de cidades e burgos escoceses.	História das mentalidades
<i>The Scottish Medieval Town</i>	1988	Michael Lynch; Michael Spearman e Geoffrey Steel.	Alternativa a abordagem do livro supracitado	História Cultural
<i>Land, Law and People in Medieval Scotland</i>	2010	C.J Neville	Analisa o gradual processo de diminuição do uso do direito consuetudinário e o advento do estabelecimento de uma lei escocesa comum.	História jurídica e social.
<i>Common Law and Feudal Society in Medieval Scotland</i>	1993/2016	Hector Macqueen	Abordagem contemporânea e fundacional no estudo jurídico do medievo escocês.	História Jurídica

<i>Women in Scotland</i>	1999	Elizabeth Ewan; Maureen M. Meikle.	Texto basilar para estudo de gênero no reino da Escócia.	História de Gênero
<i>Saint Margaret, queen of the scots.</i>	2013	Catherine Keene	Biografia bastante atualizada em termos de metodologia sobre a única rainha da realeza que se tornou santa na Escócia.	História de Gênero
<i>Scottish Queens 1034 - 1714</i>	2003/2019	Rosalind K. Marshall	Narrativa cronológica da História das 31 rainhas que compuseram a realeza escocesa, 18 até o século XVI.	História de Gênero

A partir da tipologia das fontes primarias e bibliografias supracitadas, podemos prognosticar caminhos para a elaboração de trabalhos relacionados à Idade Média Central Escocesa. Quando mencionada de maneira tangencial em bibliografias brasileiras, a Escócia foi citada a partir de elementos que se tornaram famosos na cultura popular, com ampla influência e investimento hollywoodiano na questão dos filmes já supracitados no começo deste ensaio. Batalhas famosas no contexto da Guerra de Independência como *Stirling* (1297), *Falkirk* (1298), *Loundon Hill* (1307) e *Bannockburn* (1314) e personagens históricos que se tornaram ficcionais e mitológicos a partir da construção de um imaginário pós-guerra - como William Wallace (1270-1305) e Roberto, o Bruce (1274-1329) — foram trabalhadas em nossa visão de maneira bastante superficial, sem a contextualização, problematização e abordagem correta.

Para que possamos desenvolver análises mais aprofundadas, com metodologias mais rigorosas para identificar, entender e trazer novas abordagens e problemáticas a respeito dos mais variados temas referentes ao objeto sobredito, entendemos como crucial a leitura e o conhecimento do que a academia escocesa produziu — como as bibliografias e metodologias classificadas acima — pouquíssimo ou até mesmo não usadas na historiografia brasileira. Diante desse estudo, podemos em sequência desenvolver a fomentação de análise de processos estruturais, políticos, jurídicos, culturais e sociais que contribuem para o entendimento das comunidades e sociedades escocesas no período e possibilitam ampliar o olhar do historiador para objetos e

abordagens mais diversas e localizadas, sem que caíamos na armadilha do que Hartog (2013, p. 11) chamou de presentismo⁴⁷.

Isto posto, entendemos, assim como Le Goff (1994), que as guerras, apesar de terem importância para o avanço ou atraso do desenvolvimento de um reino, não são as partes essenciais do estudo de um período. O historiador francês considera fundamental o estudo da história localizada, para que seja obtido um contexto mais aprofundado. Para que seja feito esse estudo, podemos conjecturar que existem dois grandes movimentos de ruptura do consenso previamente estabelecido, que proporcionaram graduais mudanças no funcionamento das instituições, das leis e no imaginário cultural e mentalidades na Idade Média escocesa. Entendemos que isso deve estar na mente de todo o historiador que deseja trabalhar com a Escócia medieval.

O primeiro é o advento do reinado de David I. Antes de Barrow (1991) e sua basilar obra *Scotland and its Neighbors in The Middle Ages*, havia um consenso acadêmico de que as instituições e estruturas regias, administrativas e governamentais do reino passaram a espelhar as mudanças e os novos conceitos legislativos anglo-normandos durante o reinado de David. Barrow inovou ao propor que se por um lado houve influências que gradativamente resultaram na estruturação de um reino anglo-normanizado, por outro, a cultura, em costumes, práticas e regramentos oriundos dos *thanates* e *mormaers*⁴⁸ gaélicos não desapareceram, muito pelo contrário, continuaram a ser parte integrante da práxis da comunidade do reino em todas as suas esferas, e contribuíram, não só para as práticas de governança e manutenção do poder dos reis sucessores perante seus respectivos “vassalos” e súditos, assim como ajudaram a alavancar elementos de resistência.

⁴⁷ O autor define como presentismo “o presente único, o da tirania do instante e da estagnação de um presente perpetuo, que em termos historiográficos se converte na “dificuldade de enxergar além”, cujo papel do historiador pode oferecer um “convite a um desprendimento do presente, graças à prática do olhar distanciado”.

⁴⁸ Taylor (2016, p. 40) no capítulo *The Early Scottish State?* discorre sobre o funcionamento estrutural do estado escocês e explica que há divergências sobre a utilização das terminologias *thanates* e *moramaers*, que de maneira bastante simplificada e generalizada, apenas para um breve entendimento do leitor, significariam duques e condes. Nas fontes escocesas, há menção posterior ao termo *earl*, oriundo do anglo-saxão, entretanto, não há em nosso conhecimento menção dos termos lordes, duques e condes, o que exemplifica a limitação da interferência anglo-normanda supracitada, visto que na Inglaterra, lordes, duques e condes eram títulos comuns e tinham atribuições e relações de troca diferentes dos termos escoceses.

Em sequência, há, segundo nosso olhar, a necessidade de frisar a transformação da Escócia diante da crise de sucessão pós fim da dinastia *canmore*, após morte de todos os herdeiros da linhagem real ao trono. Duncan (2016) e Reid (1984) são fundamentais em argumentar que antes da famosa guerra entre ingleses e escoceses, foi na Grande Causa, processo julgado por Eduardo I e seus auditores para definir quem seria o novo rei da Escócia, que a mentalidade da comunidade do reino escocês mudou repentinamente devido as ações de Eduardo I (c. 1272-1307) que ameaçaram a independência do reino, e posteriormente, levaram a longos períodos de consistente violência.

Exemplificaremos isso ao contextualizar um contexto referente a dinastia dos Bruces (1078-1371). O quinto Bruce (1215-1295) conhecido como “O Competidor” participou juntamente com Eduardo I da nona cruzada (1271-1272) e era referenciado em múltiplos documentos como companheiro de armas e amigo do até então príncipe inglês (DUNCAN, 2016, p. 123).

Diante dessa parceria, Bruce, donatário de terras tanto na Escócia quanto na Inglaterra, portanto vassalo de dois reis, passou a ser favorecido no reino mais ao sul, sendo constantemente rechaçado por nobres da comunidade escocesa, principalmente diante de seu posicionamento contrário a herança de Margarida da Noruega (1283-1290) como sucessora do póstumo Rei Alexandre III. Planejando estratégias para almejar o trono da Escócia diante crise sucessória, Bruce com aval de nobres ingleses invadiu e saqueou múltiplos condados, com o fim de mitigar o poder de nobres contrários à sua causa (DUNCAN, 2016, p. 178).

Na Grande Causa, processo julgado por Eduardo I e seus auditores para definir quem seria o novo rei da Escócia, Bruce era tido como um dos favoritos no pleito, entretanto, as discussões acadêmicas mais contemporâneas têm costumeiramente mencionado que mesmo sendo favorecido pelo rei anglo, Bruce era dotado de um caráter de difícil trato, sendo dificilmente manipulado e, portanto, poderia causar posteriores problemas ao soberano inglês, caso vencesse a disputa (DUNCAN, 2016, p. 200).

Isto posto, João Balliol (1246-1314), outro donatário de terras em ambos os reinos se tornou o rei da Escócia, passando a ser nos anos subsequentes

constantemente subjugado por Eduardo, que obteve cada vez mais poder em assuntos escoceses como lorde superior do reino. Nesse cenário, Bruce e seu filho, o sexto Robert, continuavam a receber apoio e defender os interesses do rei inglês, visto que os Bruces obtinham uma querela histórica com os Balliol. A partir do momento que a comunidade do reino escocês se rebeliou contra a subordinação inglesa, a terra dos Bruces na Inglaterra em *Annendale* foi a primeira a ser invadida. Não obstante, Bruce foi o primeiro lorde comandar exércitos contra os escoceses no estopim da Primeira Guerra de Independência. Curiosamente, o neto de Bruce, o Competidor, o sétimo Roberto se tornou rei da Escócia após deposição de Balliol e completa subjeção do trono escocês perante o trono inglês, liderou a restauração do poder soberano e político das instituições do reino, e a luta pela independência, se tornando figura mitológica e heroica no panteão do imaginário escocês posterior (REID, 1984).

O contexto do parágrafo supracitado, juntamente com o supradito na introdução nos fornece um panorama de como a recepção posterior de fontes históricas e narrativas são interpretadas de acordo com os interesses do leitor e daqueles que vão transmitir conhecimento. Como sugestão, acreditamos que um interessante fio norteador é a perspectiva de Aurell (2012, p. 7), cuja interpretação própria da historiografia “privilegia o autor em vez do leitor ou ouvinte, a autoria em vez da audiência, o surgimento dos gêneros históricos em vez de sua recepção.”

Paralelo a isso, o conceito discursivo de Hayden White (1987, p. 2) nos fornece bases interpretativas para entender a construção da fonte e sua autoria “como construções culturais históricas, nas quais o autor — munido de escolhas políticas, ideológicas e intencionalidades — produz uma versão da história, ou seja, uma narrativa.”

Assim como os autores europeus continentais e ingleses ignoraram as versões escocesas da história — como comentado anteriormente — o mesmo se apresenta como limitação na historiografia escocesa, que entendemos como amplamente localizada, portanto, o uso de conceitos e autores fora do eixo escocês para estudar a Escócia, como no caso de White, Aurell e Rezakhani poderiam trazer aquilo que Reynolds (2003) nomeou como *A View from the Outside*. A perspectiva do “forasteiro” poderia trazer um novo olhar aos processos de defesa da independência da comunidade

do reino tão presentes na história medieval escocesa e tão citados nas bibliografias. O historiador brasileiro pode, portanto, analisar fontes e bibliografias supramencionadas a partir de estruturas globais presentes em nossa historiografia, como indicado por Rezakhani (2020, p. 30).

A dissociação do passado dos medievais com as identidades nacionais europeias, com o cristianismo conservador, com a monumentalização dos grandes homens e com a genealogia das elites globais, assim poderia dialogar com a emergência de formas mais progressistas de figurar e performar afetivamente os espaços de conhecimento do medievo?

Neste cenário, entendemos que contribuições internacionais promoveriam uma troca de conhecimentos que enriqueceria em termos teóricos, contextuais e interdisciplinares as historiografias tanto da Escócia, quanto do Brasil, aumentando nossa amplitude teórica e de análise ao nos depararmos com fontes primárias e bibliografias não antes usadas em nosso território. Para desenvolvermos uma historiografia concisa no Brasil sobre a Escócia, creiamos, portanto, que a observação desses elementos, dentre outros minuciosos detalhes que citamos anteriormente são importantes para que possamos nos aprofundar em temas mais variados e específicos. O entendimento das estruturais sociais e políticas nos fornece bases interpretativas para oferecer novas abordagens teóricas e metodologias pelas quais se torna possível preencher lacunas da própria historiografia escocesa. Em nosso entendimento, visualizamos que na academia carecem estudos de gênero, tendo em Elizabeth Ewan e Cynthia Neville seus principais expoentes se tratando de Idade Média.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida nesta pesquisa evidenciou a profunda marginalização da Escócia medieval na historiografia global e, especialmente, na produção acadêmica brasileira. A representação estereotipada perpetuada pela cultura popular — desde *Macbeth* até produções contemporâneas, como *Coração Valente* — consolidou uma visão reducionista que obscurece a complexidade política, social e cultural do reino escocês. Paralelamente, a negligência de grandes nomes da historiografia europeia

reforçou a percepção da Escócia como uma “periferia” irrelevante, apesar de sua rica trajetória institucional.

No Brasil, essa lacuna é ainda mais pronunciada: inexistem pesquisas de pós-graduação dedicadas ao tema, e as raras menções à Escócia medieval ocorrem de forma tangencial, muitas vezes reproduzindo narrativas ficcionais. Os desafios são significativos, desde a escassez e fragilidade de fontes primárias até a necessidade de dominar bibliografias especializadas pouco acessíveis, mas não intransponíveis. O projeto *People of Medieval Scotland* e a digitalização de acervos demonstram que novas ferramentas estão disponíveis para superar barreiras geográficas.

Por que, então, estudar a Escócia medieval no Brasil? A resposta reside em três eixos interligados, o primeiro deles é o potencial descolonizador: a Escócia oferece um contraponto à história medieval eurocêntrica, revelando como narrativas nacionais foram construídas sobre a exclusão de vozes periféricas. Seu estudo permite questionar modelos historiográficos hegemônicos e ampliar o entendimento sobre a diversidade política e cultural da Europa medieval.

Em sequência, referendamos a renovação teórico-metodológica: a análise de temas como a resistência da comunidade do reino (*community of the realm*), o sincretismo jurídico (direito gaélico vs. influências anglo-normandas) e as dinâmicas de gênero pode fertilizar debates brasileiros sobre poder, identidade e agência histórica.

Após isso, a investigação da Escócia a partir do “olhar de fora” permite contribuir para a própria historiografia escocesa, oferecendo perspectivas comparativas com processos coloniais e lutas por soberania conhecidos no Brasil.

Ao nosso ver, os caminhos concretos para fomentar essa agenda incluem a tradução e divulgação de fontes primárias; a incorporação crítica da bibliografia escocesa em pesquisas sobre política, cultura e direito medieval e a exploração de temas historicamente negligenciados como gênero, história urbana e práticas jurídicas locais.

Ademais, acreditamos que estudos comparativos com realidades ibéricas e atlânticas contribuem para romper com a dicotomia Inglaterra-França frequente na academia escocesa, contribuindo para a internacionalização e a maior procura de estudos sobre o tema.

Concluimos que estudar a Escócia medieval não é um exercício de exotismo acadêmico, mas um gesto político-epistemológico. Ao deslocar o olhar para um espaço historicamente silenciado, a historiografia brasileira pode desafiar narrativas colonizadoras, enriquecer suas abordagens teóricas e participar ativamente na reescrita de uma Idade Média plural e interconectada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTAÇÃO

ANDERSON, A.O; ANDERSON, M.O. *The Chronicle of Melrose*. London: Percy Lund, Humphries & Co, 1936.

SKENE, W.F. *John of Fordun's Chronicle of the Scottish Nation*. Edinburgh: Edmonston and Douglas, 1871.

BARBOUR, John. *The Bruce*. Tradução: Archie Duncan. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1997.

BOWER, Walter. *Scotichronicon* vol. 5. Tradução: Der Watt. Aberdeen: Aberdeen University Press, 1991.

DUNCAN, Archie. *The Declaration of Arbroath: History, Significance, Setting*. Edinburgh: University of Edinburgh Press, 1997.

FORBES, Alexander Penrose. *Lives of S. Ninian and S. Kentigern*. Edinburgh: Edmonston and Douglas, 1874.

FORDUN, Johannis de. *Chronica Gentis Scotorum*. Editado por: W. F. Skene. Edimburgo: Edmonston and Douglas, 1872.

HENRY, The Minstrel. *Wallace*. Tradução: John Jamielson. Glasgow: Maurice & Ogle, 1869.

MAXWELL, Sir Herbert. *The Cronicle of Lanercost: 1276-1346*. Glasgow: James Maclehose and sons, 1913.

SHAKESPEARE, William. *Macbeth*. Tradução de Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2003.

SKENE, John. *Regiam Majestatem*. Edinburgh: Thomas Finlason, 1609.

STEVENSON, David & Wendy B. *Scottish texts and calendars an analytical guide to serial publications*. Edinburgh: Scottish History Society, 1987.

STEVENSON, Joseph. *Documents Illustrative of the History of Scotland*. Vol. I, II., Edinburgh: H.M General Register House, 1870.

STONES, E. L. G. *Anglo-Scottish Relations 1174-1328, some selected documents*. London: Oxford University Press at Ely House, 1970.

STUART, John; BURNETT, George. *The Exchequer Rolls of Scotland*. Vol. I. Edinburgh: H.M. general register house, 1878.

TANGE, Andrew de. *The Texts of the Ragman Roll. Breaking of Britain*. Tradução: John Reuben Davies. Glasgow: University of Glasgow Press, 2011.

WYNTOUN, Andrew of. *The Orygynale Cronykill of Scotland*. Tradução: David Laing. Edimburgo: William Paterson, 1879.

THOMSON, T.; INNES, C. (1814-1875). *The Acts of the Parliaments of Scotland*. Edinburgh, 1875.

BIBLIOGRAFIAS

ALVES, Giovanni. *Os Escoceses e as guerras de Independência da Escócia (1296-1328)* Sob o olhar inglês no Saltério de Luttrell. Londrina: Ciclo de Estudos antigos e medievais, 2018.

AURELL, Jaume. *Authoring the Past: History, Autobiography, and Politics in Medieval Catalonia*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

BARROS, José D Assunção. *História Política: da expansão conceitual às novas conexões intradisciplinares*. In: OPSIS, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 29-55, 2012.

BARROW, Geoffrey. *Robert Bruce & the community of the realm of Scotland*. Edinburgh: University of Edinburgh, 1988.

BARROW, Geoffrey. *Scotland and its neighbors in the Middle Ages*. Edinburgh, University of Edinburgh, 1991.

BARROW, Geoffrey. *The Declaration of Arbroath: History, Significance, Setting*. Edinburgh: Society of Antiquaries Monograph Series, 2003.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Tradução: Laurent de Saes. São Paulo: Edipro, 2016.

BONALDO, Rodrigo Bragio; PINTO, Otávio Luiz Vieira; REZAKHANI, Khodadad; VIANNA, José Luciano. Decolonizar a historiografia medieval: Introdução à História da Historiografia Medieval - Novas Abordagens. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 13, n. 33, p. 19-37, 2020.

BROUN, Dauvit. *Scottish Independence and the idea of Britain*. Edinburgh: University of Edinburgh, 2007.

BROWN, Elizabeth. The Tyranny of a Construct. *Feudalism and Historians of Medieval Europe*. Washington, American History Review, 1974.

BROWN, Micheal. *The Wars of Scotland 1214-1371*. Edinburgh: University of Edinburgh, 2004. Disponível em: <https://archive.org/details/robertbrucecommu0000barr/page/14/mode/2up>. Acesso em: 20 ago. 2024.

DUNCAN, Archie. M. *The Kingship of the Scots 842-1292: succession and independence*. Universidade de Edimburgo: Edimburgo, Escócia, 2016.

DUNCAN, Archie. *Scotland: The Making of the Kingdom*. Edinburgh: Oliver & Boyd, 1975.

DUBY, Georges. *Economia Rural Y Vida Campesina En El Occidente Medieval*. Barcelona: Altaya, 1999.

EWAN, Elizabeth. *Townlife in fourteenth-century Scotland*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1990.

EWAN, Elizabeth; MEIKLE, Maureen M. *Women in Scotland*. East Lindon: Tuckwell Press, 1999.

GABALDON, D. *Outlander*. Tradução de Ana Ban. 1. ed. Rio de Janeiro: Arqueiro, 2014.

GUERREAU, Alain. *O Feudalismo - Um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, 1980.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HARRIS, Bob; MACDONALD, Alan R. *Scotland the Making and Unmaking of the Nation c.1100-1707*. Dundee: Dundee University Press, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MACQUEEN, Hector L. *Common Law and Feudal Society in Medieval Scotland*. Edinburgh: University of Edinburgh, 2016.

LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

LYNCH, Michael; SPEARMAN, Michael; STEEL, Geoffrey. *The Scottish Medieval Town*. Edinburgh: J. Donald, 1988.

NEVILLE, Cynthia J. *Land, Law and People in Medieval Scotland*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010.

PRESTWICH, Michael. *English Politics in the Thirteenth Century*. Nova Iorque: MacMillan Education, 1990.

REID, Norman H. *The political role of the Monarchy in Scotland, 1249-1329*. Edinburgh: University of Edinburgh, 1984.

REYNOLDS, Suzan. *Fiefs and Vassals: The Medieval Reference Reinterpreted*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2001.

REYNOLDS, Suzan. *Fiefs and Vassals in Scotland: A View from Outside*. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25529717>. Acesso em: 30 jul. 2025.

REYNOLDS, Suzan. *Kingdoms and Communities in Western Europe, 900-1300..* Oxford: Clarendon Press, 1997.

SANTOS, Fernando Pereira dos. *Cronistas e combatentes: A escrita da história na Inglaterra da Guerra dos Cem Anos (1330-1360)*. Rio Branco: Edufac, 2019.

STRINGER, Keith John. *Essays on the nobility of medieval Scotland*. Edinburgh: Donald Publishers, 1985.

TAYLOR, Alice. *The Shape of the State in Medieval Scotland*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

WATSON, Fiona J. *Under the hammer: Edward I and Scotland, 1286-1306*. Edinburgh: John Donald, 2005.

WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1987.

WORMALD, Jenny. *Scotland: a History*. Nova Iorque: Editora Oxford, 2005.

FILMES

Coração Valente. Direção: Mel Gibson. Estados Unidos: Icon Productions, 1995.

Outlaw King. Direção: David Mackenzie. Reino Unido: Netflix: 200